ITU NO CIRCUITO AFRO-ATLÂNTICO A IRMANDADE DA SENHORA DO ROSÁRIO EM ITU

Itu In The Afro-Atlantic Circuit The Brotherhood Of The Lady Of The Rosary In Itu

LUIGI, André Santos
IFSP Campus Registro

RESUMO: A historiografia da escravidão promoveu significativas inovações epistemológicas e metodológicas nas últimas três décadas. Novas abordagens trouxeram à tona uma perspectiva que rechaçou analises eurocentradas e evitaram reproduzir a tendência de reificar aqueles que foram escravizados ao longo da História do Brasil. História Atlântica, Diáspora e Agência Escrava são alguns dos conceitos que colocam em cena o escravizado como sujeito histórico de um mundo que articulou Europa, América e África. Tais estudos revelam novas dinâmicas políticas, sociais e culturais, bem como instituições construídas na resistência cotidiana dos trabalhadores escravizados. As irmandades negras, bem como as congadas, são algumas destas instituições afro-atlânticas que se reproduziram em todas as cidades que se conectaram ao mundo atlântico. Este trabalho aborda a Irmandade do Rosário de Itu, bem como a existência de seu líder na figura de Rei da irmandade. Busco reinterpretar a história de Itu à luz desta nova abordagem historiográfica.

Palavras-chave: História Atlântica, História de Itu, diáspora

Abstract: The historiography of slavery has promoted significant epistemological and methodological innovations in the last three decades. New approaches have brought to the fore a perspective that has rejected Eurocentric analyzes and avoided reproducing the tendency to reify those who were enslaved throughout the History of Brazil. Atlantic History, Diaspora and Slave Agency are some of the concepts that put the enslaved as historical subject of a world that articulated Europe, America and Africa. Such studies reveal new political, social and cultural dynamics, as well as institutions built on the daily resistance of the enslaved workers. The black brotherhoods, as well as the congada, are some of these Afro-Atlantic institutions that have reproduced in every city that has connected to the Atlantic world. This work addresses the Brotherhood of the Rosary of Itu as well as the existence of its leader in the figure of King of the brotherhood. I seek to reinterpret the history of Itu in the light of this new historiographical approach.

Key-words: Atlantic History, Black Studies, Diaspora

INTRODUÇÃO

O estudo da escravidão se tornou uma das principais tendências da historiografia brasileira nas últimas décadas. Entretanto, tais estudos deixaram de compreender o escravo enquanto força de trabalho, e passaram a abordá-lo como um sujeito que, em determinado momento de sua trajetória, foi reduzido à

condição de escravizado. Neste sentido, o conceito de resistência escrava foi ressignificado. Somou-se à rebelião, à fuga e ao *aquilombalmento*, toda e qualquer forma de afirmação de sua humanidade: sua religiosidade, sociabilidades, afetividades, linguagem, enfim, tudo aquilo que, mesmo coagido, insistia em preservar. Desta forma, a cultura afro-brasileira se tornou objeto privilegiado. Ou seja, assumiu-se o suposto que a escravidão por si só não explica o escravizado. A expansão desta perspectiva articulou a História da África à História da América. O clássico pioneiro de Charles Boxer *Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola* (1952), já apontava que as políticas imperiais lusitanas concebiam América e África como espaços integrados. Outro exemplo é a monumental obra de Pierrer Verger, *Flux et reflux la traite des nègres entre le golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos du XVII au XIX siécle* (1968), que, amparado por sólida documentação, comprovou uma conexão entre a América e a África que rompia os limites tráfico, envolvendo o fluxo de sociabilidades – notícias, alimentos, roupas, ornamentos, ferramentas, etc – que permitia que os escravizados alimentassem suas identidades étnicas mesmo do outro lado do oceano. A África passou a ser fundamental na compreensão dos processos históricos de afro-descentes na América Portuguesa:

> *(...) é no outro lado do oceano que principiam outras histórias com as quais compomos a história dos brasileiros. Não numa África mítica, mas em cada uma das nações que tão diversamente nela vivem e possuem passado. Só conhecendo como foram.ao longo dos séculos em que tiveram parte de sua gente transplantada para as Américas, é que poderemos contar coerentemente por que e como no Brasil assumiram novas identidades e acabaram por se misturar entre si, de maneira quase impossível de desenredar (COSTA & SILVA, 2003, p. 80)*

Foi esta lógica que permitiu a ascensão do conceito de Diáspora: o termo denota a vinda, ainda eu forçada, de sujeitos históricos e não de objetos. É antiga a máxima que exalta: “o Brasil foi construído por mãos escravas”. Entretanto, nesta afirmação o trabalho escravo é mera força mecânico de trabalho à serviço do projeto colonial. A Diáspora enfatiza que a América é também fruto de projetos, ainda que não formais, dos milhares de africanos que aqui desembarcaram e reconstruíram suas vidas. Traziam consigo duas referências fundamentais de sua vida pregressa: suas etnias e seu ambiente. Tais anseios

os levaram a construir, ainda que de forma precária, conexões diversas entre África e América que permitiram um trânsito intenso de sementes, alimentos, mudas, plantas, temperos, joias, ferramentas, insígnias, informações, etc.

A mesma tendência nos leva ao conceito de História Atlântica: uma perspectiva histórica retira a hierarquia analítica que considera os interesses da Europa como único determinante da história das Américas e da África. Rompendo o tropo discursivo da nacionalidade, a História Atlântica[1] reinscreve a História da América e da África:

> *A Atlantic History é um constructo analítico e uma categoria explícita de análise histórica que os historiadores têm delineado para ajudá-los na organização dos estudos de algumas das marchas dos acontecimentos da época moderna: o surgimento no século quatorze, e desenvolvimento subsequente da bacia Atlântica como um sítio onde deviam ser localizados várias formas de intercâmbio: demográfico, econômico, social, e cultural inter alia, entre e dentro dos quatro continentes ao redor do Oceano Atlântico —Europa, África, América do Sul, e a América do Norte — e todas as ilhas contíguas a estes continentes e naquele oceano* (RUSSELL-WOOD, 2009, p. 20)

Portugueses de todos os tipos, desde de grandes comerciantes lusitanos, latifundiários, traficantes, burocratas, padres, artesãos, artistas, marinheiros, militares, degredados, etc, ao lado das diversas etnias indígenas, mestiços, africanos, livres ou escravizados, negros ladinos, livres ou escravizados, enfim, todos construíram o mundo Atlântico. Uma perspectiva historiográfica extremamente fértil para o estudo da história e cultura afro-brasileira. Esta concepção procura retirar o véu de vitimização do continente africano e, por conseguinte, dos personagens afro-descentes que povoaram as Américas:

> *As novas abordagens contribuem para um melhor entendimento não só da dinâmica histórica do tráfico, como também da participação ativa de grupos africanos, entre eles reinos dirigentes e elites, agrupamentos étnicos e religiosos. Não se trata exclusivamente de dividir as responsabilidades pela deportação de milhões de homens*

[1]1 Adoto aqui a perspectiva de Russell-Wood, mas outros autores, como Alberto da Costa e Silva, identifica o nascimento da concepção de História Atlântica na obra de Pierre Verger, *Fluxos e refluxos do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII e XIX.* Salvador: Currupio, 2002 (1968).

> *e mulheres de suas terras de origem para a América e em direção a outros pontos do Atlântico, mas de revelar a infinidade de intermediários que operacionalizaram cada uma das fases desse ramo do comércio atlântico, antes, depois e durante a viagem marítima. Nesse sentido, a complexidade dos negócios negreiros remete-se à consideração dos africanos como agentes históricos* (WISSENBACH, 2005, p.11-12).

Aqui homens e mulheres, crianças e idosos, reduzidos a escravos, longe de seu habitat, sem compreender a língua ao seu redor, desprovido do apoio da família extensa tão presente na África, reconstruíram suas identidades, reinventaram suas profissões, constituíram famílias, recriaram sua fé, sua música, sua dança e sua cultura. Ou seja, se reconstruíram e construíram uma nova sociedade.

Irmandades e Congadas

Os estudos destes processos de reconstrução de Africanidades no contexto da escravidão já nos apresentam estratégias que apontam um padrão de fenômenos socioculturais: são instituições afro-atlânticas. Um exemplo extremamente vigoroso são as irmandades religiosas:

> *Entre as instituições em torno das quais os negros se agregaram de forma mais ou menos autônoma, destacam-se as confrarias ou irmandades religiosas, dedicadas à devoção de santos católicos. Elas funcionavam como sociedades de ajuda mútua. Seus associados contribuíam com jóias de entrada e taxas anuais, recebendo em troca assistência quando doentes, quando presos, quando famintos ou quando mortos. Quando mortos porque uma das principais funções das irmandades era proporcionar aos associados funerais solenes, com acompanhamento dos irmãos vivos, sepultamento dentro das capelas e missas fúnebres. Os dirigentes máximos das irmandades eram chamados juízes, provedores ou outros termos que variavam regionalmente. Os escrivães e tesoureiros também detinham grande poder. Eram esses os principais cargos da mesa, como se chamava o corpo dirigente das irmandades. Outros membros se encarregavam da organização de festas e funerais, coleta de esmolas, assistência aos doentes, administração da capela e do culto divino* (REIS, 1996, p.4)

Outro exemplo é a congada. Festas de coroação de reis negros aconteceram em Portugal, na América do Norte, no Caribe, na América

espanhola, mas, sobretudo, no Brasil. No mês de março, durante a festa anual de Nossa Senhora do Rosário, os negros conduziam a eleição do Rei do Congo. Esse personagem exercia certa jurisdição sobre toda a comunidade filiada à irmandade, sendo sua autoridade reconhecida inclusive por autoridade lusitanas. Durante décadas imperou a interpretação de Mario de Andrade sobre a congada. Este autor denunciava este evento como um claro exemplo de aculturação dos negros que, mediante tal instituição, abandonavam sua cultura para aderir à cultura europeia. Coube à Historiadora Marina de Mello e Souza rever esta interpretação. Ao revisitar a História africana, recuperou a trajetória do líder do antigo reino do Congo que, em 1509, foi governado por um líder local que se converteu ao catolicismo. A historiadora demonstra que existiu um catolicismo congolês extremamente vigoroso, devidamente recuperado por africanos que o contataram. A congada nada mais era do mais uma manifestação das tentativas de recriar a África nas Américas.

E a Vila de Itu?

Para compreendermos o contexto da chegada de trabalhadores africanos à Vila de Itu e, consequentemente, o significado do estabelecimento da conexão atlântica, temos que revisitar a trajetória de formação da cidade.

Data de 1516 o primeiro registro de produção de açúcar nas Américas, mais precisamente na Feitoria de Itamaracá, no que viria a ser a Capitania de Pernambuco. Em 1533, Martim Afonso de Sousa buscou sistematizar a produção açucareira na América, fundando os primeiros engenhos da recém fundada Capitania de São Vicente. Ao longo da década de 1540, as Capitanias de Pernambuco, Bahia e São Vicente implementaram a indústria açucareira que sustentou a expansão do Império Lusitano. Religiosos, marceneiros, ferreiros, carregadores, canoeiros, agricultores e trabalhadores diversos desembarcaram nesta região das Índias Ocidentais e viveram, direta ou indiretamente, da incipiente agricultura mercantil.

Entretanto, se o interior de Pernambuco e da Bahia ofereciam a rigidez do sertão semiárido, o interior de São Vicente, abria-se uma complexa rede de rotas fluviais e terrestres que adentravam a densa Mata Atlântica. Uma malha de caminhos, intensamente utilizada pelos indígenas locais que tinham na circulação entre o planalto e o litoral uma das bases de sua economia. Obter

acesso a tais rotas era a única garantia de sobrevivência para o colono que ousasse romper a conexão com o litoral ao ultrapassar a muralha da Serra do Mar (HOLANDA, 1966).

Por outro lado, as rotas marítimas – determinadas pelos regimes de ventos oceânicos – logo demonstraram que seriam esporádicas e sacrificantes as viagens "*de além-mar*". Em 1549, a Capitania de São Vicente possuía dois engenhos de açúcar, enquanto Bahia tinha dezoito e Pernambuco já contava com trinta. Pouco a pouco, colonos de São Vicente perceberam que, ao contrário de Pernambuco, sua relação com Portugal seria precária. Lisboa, Olinda, Salvador e a Costa dos Escravos se conectaram de tal forma que, ainda no século XVI, o tráfico transatlântico permitiu a instalação da indústria açucareira que impulsionou o Império Português (BLAJ, 2002)

A precariedade da conexão atlântica impeliu os colonos da Capitania de São Vicente para o interior. A busca por cativos indígenas, somada à esperança de obter êxito na busca por metais preciosos, levaram colonos rumo à Serra do Mar, principalmente através do caminho do Peabiru.

Na marcha Serra acima, inicialmente os colonizadores fundaram a Vila de Santo André da Borda do Campo em 1553. Antes de procurar escravos ou metais, lusitanos buscavam a fixação: terras planas, acesso à água e segurança. Próximo à Vila de Santo André da Borda do Campo, um grupo de jesuítas seguiram escalando a Serra do Mar até chegarem ao pequeno planalto de Piratininga. Lá encontraram "ares frios e temperados como os de Espanha" e "uma terra mui sadia, fresca e de boas águas". Do ponto de vista da segurança, a localização topográfica era perfeita: situava-se numa colina alta e plana, cercada por dois rios, o Tamanduateí e o Anhangabaú. Fundou-se a Vila de São Paulo de Piratininga. Lá, além do planalto, povoados improvisados e aldeamentos de jesuítas dariam origem a uma rede complexa de pontos de fixação colonial (BLAJ, 2002)

A partir de São Vicente, um fluxo de colonos seguiu rumo à São Paulo. Daí uma série de expedições irradiou-se penetrando nos caminhos e abrindo outros. Santana de Parnaíba e Mogi das Cruzes foram fundados como pontos avançados da colonização ainda no século XVI. É neste contexto que o povoado de Utu-Guaçu é fundado (BLAJ, 2002)

A partir de Santana de Parnaíba, alguns colonos seguiram penetrando a mata alcançando o limite do Tratado de Tordesilhas. Em 1602, Domingos Fernandes, participou da bandeira chefiada por Nicolau Barreto, que junto com "mais de cem colonos (...) apresou cerca de 2 mil cativos tememinó". Após alguns anos Fernandes abriu "lavouras no Utu-Guaçu", onde instalou sua residência. Juntamente com seus irmãos André e Baltazar, Domingos Fernandes andou pelo sertão do Guairá aprisionando indígenas e fundando as bases dos limites das vilas de Parnaíba, Itu e Sorocaba (BLAJ, 2002)

Em 1610, Domingos Fernandes ergueu uma capela em homenagem a Senhora da Candelária. Ponto avançado da colonização, o vilarejo ficou conhecido como "boca do sertão", pois, para além dali, não havia pontos apoio logístico às tropas que seguiam pela mata (BLAJ, 2002)

Além das edificações religiosas, a Vila contava, desde o ano de 1657, quando se desmembrou da Vila de Santana de Parnaíba, com o Senado da Câmara, Casa da Câmara ou Conselho de Vereança.

Já no último quarto do século XVII os primeiros assentamentos de exploradores de ouro se fixavam para além da Vila de Taubaté: abria-se a rota do que viria a ser a Capitania de Minas Gerais. Entretanto, o volume de ouro encontrados desencadeou uma série de conflitos entre os exploradores locais e a Coroa Portuguesa. O ápice do conflito foram as batalhas que ficaram conhecidas como Guerra dos Emboabas. As consequências destes conflitos foram drásticas. A Capitânia de São Vicente deixou de existir, sendo dividida nas Capitânia de São Paulo e Minas do Ouro e a Capitânia do Rio de Janeiro, ambas diretamente ligadas à Coroa. Em 1721 Minas foi desmembrada e se tornou a Capitania de Minas Gerais, efetivando o projeto português de articular a região aurífera aos portos de Rio de Janeiro e não mais do litoral paulista (BLAJ, 2002)

Entretanto, os esforços dos paulistas se voltaram para as rotas que apontavam para o interior. Partiam do porto de Araritaguaba, no rio Tietê, atingiam o rio Grande, entrando no Pardo até o rio Camapoã, seguindo os rios Cochim, Taquari, Parrudos, Paraguai até, finalmente, atingirem o Cuiabá. Lá encontraram novamente o ouro. Com a descoberta das minas de Cuiabá, o Porto de Araritaguaba, naquela época uma freguesia de Itu, era o local de onde partiam dezenas de canoas que abasteciam as longínquas minas do Cuiabá. Chamada Boca do Sertão, a Vila de Itu era o último ponto de apoio logístico de uma rota

comercial que demorava cinco meses para alcançar Cuiabá. Surgia as monções (BLAJ, 2002)

Na década de 1740, a Capitania de São Paulo perde o controle sobre as regiões auríferas das monções, com a criação das Capitanias de Mato Grosso e de Goiás. O processo de enfraquecimento de São Paulo alcançou o ápice em 1748, quando a Capitania foi anexada à Capitania do Rio de Janeiro (BELLOTTO, 2007)

Todavia, a Vila de Itu se manteve articulada a ambas as regiões auríferas. Permaneceu articulada às monções e, paralelamente, tornou-se ponto de apoio logístico e comercial também para as tropas que vinham das terras produtoras de charque do Sul até Sorocaba e, daí, seguiam até Minas Gerais (BELLOTTO, 2007).

Itu retoma o caminho do crescimento junto com toda a Capitania de São Paulo no contexto de ascensão do Marques de Pombal.

Em 1765 a Capitania de São Paulo é restaurada. Assume o governo da capitania Dom Luiz Antonio de Souza Botelho e Mourão, o Morgado de Matheus. Seu esforço para restaurar o poderia econômico de São Paulo o leva a promover um amplo projeto de reestruturação dos arranjos produtivos. É neste período que Itu passa a integrar, conforme denominação dada por Maria Tereza Petrone, o “Quadrilátero do Açúcar”, formado pelas localidades de Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçú e Jundiaí

Com a expansão da cultura canavieira, Itu passou a ter um grande crescimento no número de engenhos de açúcar. Em 1798 eram 107 engenhos produzindo 64.809 arrobas de açúcar, ano seguinte, 113. Em 1783, os engenhos de açúcar de Itu eram responsáveis pela maior parte do açúcar produzido na Província de São Paulo. É neste contexto que Itu se conecta ao tráfico transatlântico. A população na Vila, em 1773, era de 3.738 livres (1.725 homens e 2.013 mulheres) e 1.010 escravos (430 homens e 580 mulheres), distribuídas em 779 casas (NARDY FILHO, 2000).

É neste cenário que a população de origem africana passa a compor a sociedade ituana. Por aqui a população afrodescendente tratou de desencadear os processos históricos característicos de sua luta para reconstruir sua cultura. E, neste sentido, logicamente, logo surge em terras ituanas uma das instituições afro-atlânticas mais efetiva do mundo atlântico: a Irmandade de Nossa Senhora

do Rosário. Lucilene Reginaldo demonstra como as irmandades de negros, especificamente de devoção à Senhora do Rosário, eram instituições extremamente ativas em todo Portugal, Luanda, Bahia e Pernambuco. “A identificação dos africanos e seus descendentes com a Senhora do Rosário não foi um fenômeno particular a Bahia. Ao contrário, foi construída numa dimensão atlântica”. (REGINALDO, 2005, pp. 220.)

Mais do que resgatar a história dos negros, as irmandades de Nossa Senhora do Rosário revelam a História da América Portuguesa e, no enfoque deste texto, da própria História de Itu em sua dimensão atlântica:

> *Sendo assim, a história das irmandades dedicadas ao culto do Rosário de Nossa Senhora permite dar uma ampla visibilidade a um grupo de africanos outrora “esquecidos” pela historiografia da Bahia. Mas, para além desse fato, a associação em confrarias católicas - e particularmente naquelas dedicadas à virgem do Rosário - foi um elemento fundamental na constituição da identidade angola na Bahia. A prática de um catolicismo, primeiro africanizado e, posteriormente, negro foi uma das marcas mais importantes desta identidade diaspórica.* (Idem, ibdem, pp.223)

No Fundo Cartorial do Arquivo do Museu Republicano Convenção de Itu, no livro de notas número vinte e três, ao longo das folhas trinta e trinta e um, há o registro, datado de mil oitocentos e dezoito, de uma escritura de compra de venda de um terreno na rua do Comércio – atual Rua Floriano Peixoto – pelos “deputados da Mesa da Irmandade da Senmhora do Rozário” conforme a descrição abaixo:

> “(Folha 30)
> *Escritura de venda e compra de hum terreno na rua do Comércio que vendem os deputados da Mesa da Irmandade da Senmhora do Rozario desta vila abaixo declarados a Bernardino José de Sena Mota pela qtª de [ ] 260$000*
> *Saibão quantos este público instrumento de Escritura de venda, compra (virem) que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e dezoito aos vinte, e sete dias do mês de Julho do dito anno nesta de itu Cabeça de Comarca, em Casas de morada do Reverendo Vigario (Collado) Antonio de Pina e Vasconcelos onde fui eu vindo ao Tabelião ao diante nomeado sendo ahi comparecerão perante mim partes a saber o mesmo Reverendo Vigario, como Capelão da Irmandade da Senhora do Rozario desta villa, Joaquim Rodrigues [Aros] da Fonseca Rei da mesma Iramandade, e pela pessoa de seo procurador o mesmo*

> *Reverendo Vigário pela procuracão que logo se segue, o capitam Manoel Pinto Ferraz Tesoureiro da mesma Irmandade, o Padre Simão Esthoque do Monte Carmello Escrivão da mesma Irmandade e sem onus tem os Irmaons de Mesa por serem todos pretos cativos; e como comprador (aceitante) Bernardino Jose de Sena Mota, e primeiramente vai lança [ilegivel] Procuração que He de theor seguinte=Procuração*
>
> *(Folha 31)*
>
> *Procuração bastante de Joaquim Rodrigues (Aros) da Fonseca em qualidade do Rei da Irmandade de Nossa Senhora do Rozario desta villa= Saibão quantos este público instrumento de poder e procuração bastante e virem que no Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e dezoito aos vinte e seis dias do mês de Julho nesta villa de Itu, em meo Cartorio compareceo Joaquim Rodrigues Cesar da Fonseca preto forro e desta villa que o reconheço pelo proprio, e por elle me foi dito que como Rei da Irmandade de Nossa Senhora do Rozario desta villa fazia seo procurador ao Reverendissimo Vigario callado Antonio de Pina e Vasconcelos para que em seo nome como se elle prezente estivesse possa obtorgado, consignar huma Escritura de venda de humas terras pertencentes a mesma Irmandade na rua do Comércio, e que se vende a Bernardino Jose de Sina Mota, e para isso concedia ao dito seo procurador todos os seos poderes com Direito necessarios, e se obrigava a haver por firme, e valiosa a dita Escritura e venda. E de como assim [ ] obtorgou dou minha fé...*
>
> *Com um princípio de taipas que se fez para servir de igreja (...)"*

As possibilidades que tal documento apresenta são imensas. Em primeiro lugar cabe ressaltar os dados mais evidentes a própria estrutura do documento. Quem exerce a venda do terreno é personagem Joaquim Rodrigues Cesar da Fonseca, um preto forro, indicado como Rei da Irmandade da Senhora do Rosário. Certamente estamos diante do mesmo processo descrito por Marina de Mello e Souza (2002), quando africanos provenientes da região da África Centro Ocidental reproduzem na América sua experiência de já ter conhecido o catolicismo congolês e, um grande líder católico: o Rei do Congo. A recriação empreendida nas Américas não era apenas uma encenação folclórica, pois, no caso da Vila de Itu, o próprio documento comprova isso: o escrivão e o comprador reconhecem no personagem autoridade para negociar o imóvel. Seu procurador não é qualquer personagem da Vila, mas sim o próprio Vigário da Vila, Antonio de Pina e Vasconcellos.

O documento também apresenta a composição da mesa Diretora da Irmandade: o próprio Vigário Antonio de Pina Vasconcellos é o Capelão, o Capitão Manoel Pinto Ferraz é o Tesoureiro, e o Escrivão o Padre Simão Esthoque do Monte Carmello. Manoel Pinto Ferraz era o Capitão responsável pela 6ª Companhia da Vila de Itu, responsável pelas regiões de Jundiahy e Boyry em 1808. Entretanto, capítulo mais curioso é a participação do Padre Simão Stock do Monte Carmelo, filho o famoso Jesuíno do Monte Carmelo.

Jesuíno, personagem ilustre estudado por Mario de Andrade como o percursor do barroco paulista, era filho de escrava, portanto negro. Sua ascendência africana o impediu de ingressar na Irmandade de Nossa Senhora do Carmo. Motivo provável para que Santa Sé também não respondesse o pedido da própria Venerável Ordem Terceira do Monte Carmelo da Vila de Itu para incluir Jesuíno em seu quadro (BARSALINI, 2011). De qualquer forma, seu filho ingressou na Irmandade da Senhora do Rosário. Simão Stock era personagem de grande destaque na Vila neste período, já que foi o responsável pela conclusão da Igreja do Patrocínio logo depois, em 1819, quando seu pai Jesuíno veio a falecer.

Esta estrutura era comum nas Irmandades do Rosário por todo o Atlântico: deputados negros, mesa diretora composta por pessoas ilustres, quase sempre com a presença de alguns mestiços dentre os diretores (REGINALDO, 2011). Pois, como afirma o próprio documento em questão toda a mesa de deputados era composta por “negros”.

Considerações finais

O exemplo exposto aqui busca comprovar como a História Atlântica rompe o estereótipo da escravidão. Consequentemente, tais questões nos permitem refletir, por exemplo, sobre qual história ensinamos em nossas escolas, ou mesmo, sobre os caminhos das políticas de patrimônio histórico que adotamos em nossas cidades.

A História Atlântica articula África e Brasil em uma dimensão já esquecida. A História da África na perspectiva Atlântica contribui para a produção de uma historiografia comprometida com o enfrentamento da discriminação racial. Portanto, trata-se de reconstrução da memória social e da cultura,

fundamento para novas identidades e subjetividades que viabilizarão práticas sociais que não coadunem com a reprodução do racismo:

> *O ensino de história e cultura da África tem uma agenda. Não se trata de mera inserção de conteúdo, tão pouco de substituição do eurocentrismo hegemônico na escola por um pretenso "afrocentrismo": É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e europeia. É preciso ter clareza que o Art. 26A acrescido à Lei 9.394/1996 provoca bem mais do que inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas.* (BRASIL, 2004)

Ao apresentar o negro como humano e não apenas como escravo ou vítima do racismo, a perspectiva atlântica o recupera como agente político, social e cultural:

> *Nenhum de nós confunde um imigrante italiano com um alemão, nem os papéis distintos que exerceram os que chegaram na metade do século XIX, os que desembarcaram no fim daquele século e que para cá vieram no primeiro terço do século XX, nem tampouco a diferença entre modos de vida e de atuação social entre os que aqui se instalaram em grandes colônias coesas e os que passaram a residir em áreas onde predominavam outros grupos e mais rapidamente com eles se mesclaram. Mesmo neste último caso, não temos, contudo, dificuldade em distinguir entre as heranças alemães e italianas. O mesmo deveríamos ser capazes de fazer em relação a um congo, a um teque, a um vili, a um gã, a um ondo e a um ijexa* (COSTA & SILVA, 2003, p. 79).

Assim, a história se torna referência de identidade negra, pois na medida em que comprova sua resistência apesar da condição de escravizado, o ampara para resistir diante da discriminação racial:

> *A História da África é importante para nós, brasileiros, porque ajuda a explicar-nos. Mas é importante também por seu valor próprio e porque nos faz melhor compreender o*

> *grande continente que fica em nossa fronteira leste e de onde proveio quase a metade de nossos antepassados. Não pode continuar o seu estudo afastado de nossos currículos, como se fosse matéria exótica. Ainda que disto não tenhamos consciência, o obá do Benim ou o angola a quiluanje estão mais próximos de nós do que os antigos reis da França* (COSTA & SILVA, 2003, p. 240)

A História da África, abordada nesta perspectiva, é em si antirracista. Representa uma conquista social. Representa um avanço na luta pela reconstrução da identidade afro-brasileira e do imaginário de negros e não negros.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes**. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

BARSALINI, Maria Silvia Ianni. **Mario de Andrade constrói o Padre Jesuíno do Monte Carmelo**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas. Universidade de São Paulo. 2011.

BELLOTTO, H. L. **Autoridade e conflito no Brasil colonial. O governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)**. 2ª ed. revista. São Paulo: Alameda, 2007.

BLAJ, I. **A trama das tensões. O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002

BRASIL. **Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Ministério da Educação. Brasil. 2004.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da Capitania de São Paulo. **Anais do Museu Paulista.** 2009, vol.17, n.2, pp. 111-153.

CERDAN, Marcelo Alves. **O tempo que os escravos tinham para si: um estud sobre a autonomia escrava em Itu de 1850 a 1888**. Doutorado e História Social. Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Franca. 2013.

COSTA E SILVA, A. **Um rio chamado Atlântico**. A África no Brasil e o Brasil na África. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 2003.

FABRA, Carlos. ***São Vicente* - Primeiros Tempos**. 2010.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia brasileira.** Economia e diversidade**.** São Paulo: Editora Moderna, 1997.

_____ - **A colônia em movimento.** Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Movimentos da população em São Paulo do século XVIII. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiro.** São Paulo: s/e.1966.

IANNI, Octavio. **Uma cidade antiga**. Campinas: CMU, 1996.

_____ - **Caminhos e Fronteiras**. São. Paulo*:* Companhia das Letras, 2008

MELLO E SOUZA, Marina. **Reis negros no Brasil escravista**: história da festa de coroação de Rei Congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

NARDY FILHO, Francisco. **A cidade de Ytu.** Crônicas históricas. 2ª edição. Itu: Ottoni. 2006.

PETRONE, Maria Thereza. **A lavoura Canavieira em São Paulo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

PRESTES, Lucinda Ferreira. **A Vila Tropeira de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba:** aspectos socioeconômicos e arquitetura das classes dominantes (1700-1888). São Paulo: Pro Editores, 1999.

REIS, João José. Identidade e diversidades étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 2, n°. 3, 1996.

REGINALDO, Lucilene. **Os rosários dos angolas** – irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista. São Paulo: Alameda, 2011.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Sulcando os mares: um historiador do Império Português. **HISTÓRIA**, São Paulo, v. 1, n. 28, p. 17-70, 2009.

SCHWARTZ, Stuart. A historiografia dos primeiros tempos do Brasil moderno. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 175-216, 2009.

TOSCANO, João Walter. **Itu/centro histórico**: estudos para preservação. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo. 1981.

WISSENBACH, M. C. Apresentação. In: RODRIGUES, J. **De Costa a Costa**: Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SOBRE OS AUTORES

André Santos Luigi

Bacharel (2009) e Licenciado (2010) em História pela Universidade de São Paulo. Especialista em Ensino de História pela Universidade Estadual de Campinas (2012). Mestre em Educação, na área de Formação de Professores, pela Universidade Federal de São Carlos, pesquisando o Currículo de História do Estado de São Paulo e o Ensino de História da África. Obteve bolsas de financiamento de pesquisa PIBIC/CNPq e FAPESP Treinamento Técnico. Atuou entre 2009 e 2012 como professor de História no Ensino Fundamental e Médio na Rede Pública Estadual de São Paulo. Entre 2012 e 2017 foi Técnico em

Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), campus São José dos Campos e Campus Salto. Entre 2009 e 2017 trabalhou voluntariamente como Coordenador Pedagógico e professor do Cursinho Popular EPA, projeto de Extensão da FATEC Itu. Atualmente é Professor de Educação Básica, Técnica e Tecnológica no IFSP Campus Registro. Pesquisa Formação de Professores, Teoria do Currículo, Educação para as Relações Étnico-Raciais, História da África, História Atlântica e História de Itu. É membro do Núcleo Estudos e Pesquisas sobre Narrativas Formativas, Formação e Trabalho Docente (NEPEN-UFSCar), do Grupo de Pesquisa Educação, Territórios Negros e Saúde (ETNS-UFSCar) e Grupo de Pesquisa Educação, Política e Sociedade (IFSP-Registro).

andre.luigi@ifsp.edu.br
Av. Clara Gianotti de Souza, 5180, Agrocha - Registro/SP - CEP: 11900-000
(13) 3828-2020